



NOVA EXPANSÃO DAS MONOCULTURAS DE EUCALIPTO PARA A CELULOSE AMEAÇA O BIOMA PAMPA

No início dos anos 2000, a metade sul do estado gaúcho foi loteada por três empresas de celulose: as brasileiras **Votorantim Celulose e Papel** e **Aracruz Celulose**, e a sueco-finlandesa **Stora Enso**. Elas tentavam convencer a população de que salvariam a economia com fábricas altamente poluentes e *plantios industriais de árvores**, que abarcariam 400 mil hectares do solo gaúcho, comprometendo a biodiversidade do Pampa, direitos humanos e dos povos. Ciente dos impactos negativos, o povo organizado freou parte desse processo e deu um basta nas falsas propagandas. De lá para cá, o nome das empresas mudou, mas a história se repete. Na sede por lucro, deixam um rastro de degradação no caminho. Exemplo disso, que virou realidade em 2015, é a **quadruplicação da fábrica de celulose no município de Guaíba**, hoje sob comando da empresa chilena **CMPC**.

A fábrica fica em zona urbana residencial. Causa **forte ruído e trepidação** no entorno, em alguns locais 24h por dia, provocando **rachaduras em residências, transtornos de sono, estresse e ansiedade**. A cena de crianças brincando no pátio de suas casas contrasta com essa gigante logo ali, que bafora nuvens de fumaça poluente enquanto recebe caminhões com extensas cargas de eucalipto derrubado. **Materiais particulados** que saem das chaminés **cobrem roupas nos varais, carros e adentram poros e pulmões**. A fumaça de **compostos reduzidos de enxofre** infesta a cidade com cheiro de ovo podre, **irrita olhos, nariz, dá dor de cabeça e náusea**. Episódios de **vazamento de cloro, incêndios e a implosão de uma das caldeiras** de força já foram notícia, há relatos de **acidentes que levaram trabalhadores à intoxicação, ferimentos e ao óbito**. O nível de risco para comunidades próximas é alto, mas **não há Plano de Ação de Emergência**, ou sistema de sirenes e avisos para orientar a população. Seus efluentes líquidos contribuem para o triste cenário de **poluição do Guaíba**.

Hoje, projetos de morte do setor da celulose ganham força com a flexibilização da legislação ambiental. Novas fábricas estão sendo anunciadas e construídas pelo Brasil. Como a **nova fábrica proposta pela CMPC em Barra do Ribeiro (RS)**, em fase de licenciamento ambiental e hipocritamente chamada de "Projeto Natureza", que caso seja instalada, demandará uma **nova expansão das monoculturas de eucalipto, e tem como alvo, novamente, o Bioma Pampa**.

** Plantio de árvores de uma única espécie (monocultura) com finalidade comercial. Desertos verdes pois, diferentemente de áreas naturais de florestas ou campos nativos, que possuem alta biodiversidade, são formados por extensas áreas com uma única espécie.*



LINHA DO TEMPO DAS CORPORAÇÕES DE CELULOSE NO RS

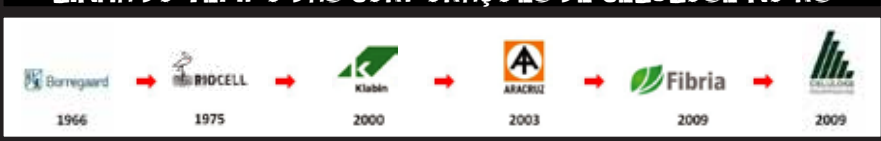


Figura 1: Mapa dos municípios de interesse da CMPC para expansão de seus monocultivos de eucalipto | Fonte: <https://rsmaisrenda.com.br/>

QUEM É A CMPC

A fábrica de celulose de Guaíba foi inaugurada pela norueguesa **Borregaard**, em 1972 - um dos resultados da política desenvolvimentista da **ditadura empresarial-militar brasileira**, que convidava investidores do mundo à **"poluírem aqui"**. Após muitas trocas acionárias, a fábrica e os monocultivos de eucalipto no RS são agora de propriedade da **chilena CMPC**, empresa da **família Matte**, uma das principais apoiadoras da ditadura de Pinochet, que atuou na **prisão ilegal e execução de trabalhadores no massacre "los 19 de Laja"**. Enquanto **polui solo, águas, ar e prejudica a saúde**, a CMPC investe para passar uma imagem sustentável. Patrocina o Campeonato Gaúcho de Futebol e criou um time fictício chamado "Defensores da Natureza". **Propaganda verde**. Caso instalada, a fábrica em Barra do Ribeiro, assim como a existente, irá despejar efluentes industriais no tão poluído Guaíba, e impactar ainda mais o Pampa com seus monocultivos.



Figura 2: Carro de morador vizinho à fábrica coberto de materiais particulados oriundos da empresa CMPC | Fonte: Foto enviada por morador.

ENCHENTE NO RS E MONOCULTURA DE CELULOSE

Em maio de 2024, enquanto o **RS** vivia a **maior tragédia climática de sua história**, com a enchente que matou 185 pessoas e desabrigou mais de 600 mil, foi publicada a Lei Federal 14.876. Um **grave retrocesso**, questionado por organizações, movimentos sociais e instituições, pois exclui a silvicultura de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, e **dispensa os desertos verdes de qualquer tipo de licenciamento ambiental**. Aliada a ela, está a **alteração no Zoneamento Ambiental da Silvicultura (ZAS) do RS**, que possibilita que as áreas de monocultivos passem dos atuais 1,2 milhões de hectares para 4 milhões de hectares. A contradição: monocultivos agravam extremos climáticos pela influência que tem no solo, nas águas e na biodiversidade.



Figura 3: Nascente seca, formigueiro vivo, eucalipto atrás, na APA do Guaríroba, em Campo Grande, capital do Mato Grosso do Sul. Fonte: Campo Grande News

Quem vê árvore, não vê floresta, nem campo. Para plantar um deserto verde, a vegetação nativa e biodiversa, que equilibra os fluxos ecológicos, é posta abaixo. Com a remoção de campos e florestas, o solo fica suscetível à erosão e ao assoreamento dos rios, o que aumenta a chance de inundações durante fortes chuvas. Além disso, plantios de eucalipto têm alto consumo de água e um impacto significativo na dinâmica da água superficial e subterrânea. **O avanço das monoculturas aumenta tanto o risco de enchentes como de secas extremas.** Devastar biomas para o lucro é desastre anunciado. Onde há monocultivo, a colheita é de eventos climáticos extremos. O desmatamento e alteração do uso do solo promovidos pelo **agronegócio**, no Brasil, são os principais componentes da emissão de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera (**75% das emissões brasileiras**), o que nos leva à emergência climática.



Figura 4: Solo exposto após colheita dos eucaliptos. Fonte: Mai Yandara/ATBr

11 IMPACTOS DOS MONOCULTIVOS DE ÁRVORES

1. ALTO CONSUMO DE ÁGUA AGRAVA OS EFEITOS DAS ESTIAGENS

Desertos verdes são plantados com espécies de rápido crescimento, que precisam de muita água (eucalipto, pinus e acácia). Em um bioma como o Pampa, de vegetação nativa campestre, o cultivo de maciços de árvores industriais de até 30m de altura suga a água na volta, ressecando o solo. Isso pode reduzir e cessar o fluxo de águas superficiais, também dificulta a recarga de água subterrânea, podendo provocar a perda total da vazão de um corpo d'água. A alta demanda de água dos monocultivos altera o ciclo das águas e traz estiagens intensas, o que agrava o déficit hídrico do RS, que já é crítico.

2. DEGRADAÇÃO, EROÇÃO E PERDA DE SOLO

As operações de preparo de área e de colheita de um monocultivo de árvores são altamente impactantes no solo. Ocorre indução e intensificação de processos erosivos (principalmente após a colheita, quando o solo fica totalmente exposto e desagregado), com isso há o aumento da carga de sedimentos transportada pela água da chuva, assoreando corpos d'água, alterando sua qualidade e trazendo maior risco de enchentes. O trânsito do maquinário de corte e extração impacta o solo, com compactação e contaminação por óleos combustíveis e lubrificantes. Ao final resta um solo morto, infértil e compactado.

3. PERDA DE BIODIVERSIDADE

O cultivo de monoculturas de árvores elimina a cobertura vegetal nativa. Descaracterizar habitats silvestres reduz a biodiversidade e contribui na extinção de espécies ameaçadas. A rede viária e o trânsito de maquinário pesado e caminhões gera estresse, afugentamento e atropelamento da fauna nativa. A qualidade da água é afetada por assoreamento ou contaminação por agrotóxicos, o que ameaça ecossistemas aquáticos e sua fauna.

4. MONOCULTURA FAZ EMERGÊNCIA CLIMÁTICA

O aumento do déficit hídrico, o assoreamento de corpos d'água e a perda da biodiversidade agravam os efeitos das mudanças climáticas.

5. IMPACTOS POR USO DE AGROTÓXICOS E ADUBOS QUÍMICOS

Onde há monocultivos há agrotóxicos, que causam contaminação do solo, da água superficial e subterrânea, impactando a microbiota do solo, outras espécies, a fauna polinizadora, além de ocasionar derivas à propriedades vizinhas, atingindo áreas de produção de alimento sem veneno e de moradia. A adubação química pode levar corpos d'água à eutrofização, fator de altíssimo impacto para os ecossistemas aquáticos, que provoca adoecimento e morte de diversas espécies animais e vegetais.

6. CONCENTRAÇÃO DE TERRAS E IMPACTOS NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Quanto maior o número e porte das fábricas de celulose instaladas, maior a demanda por matéria-prima, consequentemente maiores áreas de monocultivo de árvores são necessárias. Isso leva empresas a adquirirem grandes extensões de terra, alterando a estrutura fundiária local e o preço da terra. O que aumenta ainda mais a desigualdade fundiária do país e agrava o êxodo rural. As áreas férteis, ou disponíveis para a produção de alimentos diminuem. Para quem trabalha na terra fica mais difícil viver do cultivo.

7. HOMOGENEIZAÇÃO DA PAISAGEM

O horizonte distante do Pampa desaparece. Monocultivos impõem uma paisagem monótona, completamente homogênea e artificial.

8. IMPACTOS EM RODOVIAS

Intensa movimentação de caminhões de grande porte (para o transporte de madeira dos plantios até as fábricas), resulta em maior trânsito e riscos nas estradas, causando acidentes frequentes (na maioria dos casos fatais), desgastes e danos em rodovias e estradas vicinais, e emissões de gases de efeito estufa.

9. CONFLITOS DE TERRA COM COMUNIDADES TRADICIONAIS

Empresas de celulose são responsáveis por inúmeros conflitos com Povos e Comunidades Tradicionais por todo Brasil, com histórico de violação de direitos, invasão de territórios indígenas e quilombolas, utilização de violência (inclusive com apoio das forças policiais do Estado). Nada disso é levado em consideração em suas “certificações florestais”, créditos de carbono ou prêmios de sustentabilidade e responsabilidade social.

10. MAIORES RISCOS DE INCÊNDIOS

Grande quantidade de biomassa densamente aglutinada, material seco (folhas, galhos, cascas) e déficit hídrico das regiões com plantios tornam os riscos de incêndios significativos. Estes podem tomar grandes proporções, ainda mais com estiagem e calor.

11. MONOCULTURAS FACILITAM A MINERAÇÃO

A transformação de uma área natural ou de produção de alimentos em monocultura, enfraquecendo e expulsando comunidades locais, abre espaço e facilita a instalação de projetos de mineração. Monoculturas e mineração são etapas do capitalismo nos territórios.

CRÉDITOS DE CARBONO SUJO

A emergência climática traz um novo contexto para o avanço dos monocultivos, com debates sobre retirar carbono da atmosfera e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Surgem os créditos de carbono: cotas de emissão de gases de efeito estufa que podem ser compradas e vendidas por empresas, governos e consumidores. Grandes empresas, caso do setor da celulose, veem aí a oportunidade de mais lucro. Desde o início do sistema de compensação de carbono, as plantações industriais de árvores em sistema de monocultura foram aceitas para gerar créditos de carbono. No caso, uma empresa que desmata para propagar monocultivos pode se dizer sustentável por vender créditos de carbono para que outra empresa, altamente poluente, limpe a sua imagem. O setor de celulose se aproveita do contexto e lucra duas vezes: com a venda da celulose e com a venda de créditos de carbono. **A geração destes créditos pelo setor não considera todos os impactos socioambientais às comunidades e à natureza, causados por seus monocultivos de árvores e suas fábricas.** Além de desconsiderar a devastação em territórios de vida, poluição das águas, ar, solo, remoção de comunidades, impactos na saúde e conflitos que são causados por suas atividades. São **créditos de carbono sujos**. Além disto a geração destes créditos tem histórico extenso de fraudes, superestimação de remoção de CO2 e tem ligação com grilagem de terras e desmatamento ilegal. A **certificado-ra Verra**, líder no setor, foi exposta por fraudes. Mais de 90% de todos os créditos de carbono emitidos por projetos de corporações gigantes como **Audi, Boeing, Shell, Bayer, Disney, Netflix e Gucci**, e certificados pela Verra, não têm valor, são **créditos de carbono fantasma**.

No Brasil a VERRA certifica projetos das empresas de celulose Suzano, Klabin e Eldorado Celulose.



Figura 5: Território indígena no Espírito Santo em conflito com a empresa Suzano. Fonte: Valter Campanato/ATBr

Consumidores acreditam que ao consumir produtos supostamente neutros em carbono (alimentos, cosméticos, roupas, carros, viagens aéreas, entretenimento) estão fazendo sua parte pelo clima. Em muitos casos, essa crença não corresponde à realidade. Obtendo créditos de carbono as empresas poluidoras se sentem livres para emitir ainda mais CO2. **Um mercado de carbono fraudulento torna a crise climática ainda pior.** Empresas poluidoras usam esses créditos para continuar emitindo gases e enganando consumidores. **A atual fase do capitalismo financeirizou o ar**, agora precificado e comercializado. Os créditos de carbono são sujos, **falsa solução** para a crise climática e uma nova forma de **colonialismo ambiental**.



RESISTÊNCIA POPULAR

EUCALIPTO NÃO É FLORESTA, CMPC DEVOLVE O PAMPA JÁ!

Na madrugada do dia 8 de março de 2006, em uma das ações mais emblemáticas da história de lutas contra o modelo de concentração de terras e renda que representa monocultivo para celulose no Brasil, **1.800 mulheres da Via Campesina ocuparam o viveiro da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro**. Na ação, destruíram estufas e bandejas de mudas de eucalipto: **“destruíram aquilo que destruiria a terra”**. A repercussão do protesto ampliou o debate e chamou a atenção da sociedade sobre os malefícios sociais, ambientais e econômicos dos desertos verdes, opostos ao projeto de **Soberania Alimentar** do campesinato. Em março de 2025, Mulheres Sem Terra e aliadas realizaram ato em frente a fábrica de produção de celulose da CMPC, em Guaíba (RS). Entoando **“agronegócio é violência, é crime ambiental, a luta das mulheres é contra o capital”**, denunciavam a flexibilização ambiental, o avanço dos monocultivos no Pampa, a poluição e risco ambiental da fábrica, e a responsabilidade de grandes empresas por crimes ambientais. O ato expôs que o agronegócio e os megaprojetos causam envenenamento da natureza e das pessoas, e que os créditos de carbono dos monocultivos são sujos - falsa solução para a crise climática. A expansão dos desertos verdes da CMPC foi abordada como crime ambiental e projeto de morte do capital. **“Eucalipto não é floresta, CMPC devolve o Pampa já. As mulheres da reforma agrária querem terra para trabalhar”**. O anúncio da CMPC sobre nova fábrica em Barra do Ribeiro foi denunciado. O momento também foi de **solidariedade às pessoas trabalhadoras e moradoras do entorno**, que em 23 de fevereiro de 2025 foram afetadas por vazamento de dióxido de cloro da fábrica e são permanentemente impactadas por ruído, materiais particulados e gases poluentes. A chama da luta segue acesa, num chamamento por organização popular. **Por dignidade, terra para alimentos, territórios de vida, e em defesa dos direitos humanos, dos povos e da natureza.**



Foto: Verena Glass. Fonte: <https://mst.org.br/2021/03/08/15-anos-do-protesto-das-mulheres-na-aracruz-uma-historia-de-luta-e-resistencia/>

PAMPA EM NÚMEROS

O aumento do monocultivo de árvores para celulose representa uma perda adicional de áreas do Bioma Pampa, que nos últimos 37 anos perdeu cerca de **30%** de sua área natural. Restam apenas **43,5%** de cobertura de vegetação nativa. Entre os seis biomas brasileiros, o Pampa é o que tem menor percentual de Unidades de Conservação (**3%**).

EXPEDIENTE:



ESCANEE O
QR CODE PARA
ACESSAR O ESTUDO
NA ÍNTEGRA:



PUBLICADO EM 2025